



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE GEOCIÊNCIAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA**

ALINE DE JESUS DE SOUSA

**GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM SALVADOR-BA: UMA ANÁLISE DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS DESAFIOS À IMPLEMENTAÇÃO DO ODS 11 –
CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS**

Salvador - BA
2025

ALINE DE JESUS DE SOUSA

**GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM SALVADOR-BA: UMA ANÁLISE DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS DESAFIOS À IMPLEMENTAÇÃO DO ODS 11 –
CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia como pré-requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Heraldo Peixoto da Silva

Salvador - BA

2025

ALINE DE JESUS DE SOUSA

**GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM SALVADOR-BA: UMA ANÁLISE DAS
POLÍTICAS PÚBLICAS E DOS DESAFIOS À IMPLEMENTAÇÃO DO ODS 11 –
CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS.**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Geografia da Universidade Federal da Bahia como pré-requisito para a obtenção do Título de Bacharel em Geografia pela seguinte banca examinadora:

Prof. Dr. Heraldo Peixoto da Silva.
Orientador – Instituto de Geociências - UFBA

Profª. Dra. Suzana Más Rosa
Núcleo de Pesquisa em Economia Circular (NUPEC) - Escola de Administração UFBA

Prof. Msc. Marcos Almeida Sousa
POSGEO (IGEO/UFBA)/ NUPEC – Escola de Administração UFBA

Salvador - BA

2025

DEDICATÓRIA

O árduo caminho percorrido até este momento só foi possível graças a uma pessoa dedicada, sagaz e muito estudiosa, que entendeu que o seu lugar no mundo não estava marcado, mas deveria ser conquistado. Foram três anos tentando entender como fazer esse momento chegar e, enfim, é possível receber os louros de estar na última etapa do caminho.

Por pavimentar o caminho tijolo por tijolo durante a andada, dedico este trabalho a mim mesma, pois só eu sei o que tive que abrir mão para que ele tenha vindo à luz.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à minha mãe, Telma, por estar comigo em cada passo dado, por jamais me censurar ou tentar diminuir minha capacidade de sonhar. Mesmo sem compreender minhas metas, ela sempre me apoiou, com a compreensão de que sou a única pessoa capaz de tomar as melhores decisões sobre a minha própria vida. Para mim, não há maior prova de amor.

Agradeço a meu pai, Adilson, por ter a paciência de entender que sou diferente dele e que posso conquistar muito mais, garantindo todo o investimento possível nisso. E ao meu tio e padrinho, Robson, pelo apoio incondicional em todas as etapas da minha vida desde que nasci.

Agradeço a toda a minha família, em especial a Fábio, Maíra, Tainá, Edna e Marco, por me darem ótimos exemplos de como vencer na vida por meio dos estudos. Minha visão de mundo não seria nada sem as longas horas de conversas e conselhos com eles. Ainda falando de minha família, agradeço imensamente à minha bisavó, Domingas, que não estudou formalmente, mas garantiu carreiras incríveis para seus netos e bisnetos por meio da fé e de sua história.

Agradeço aos meus amigos mais próximos: Bianca, Bruna, Leandro, Nadson, Cauan, Dário, Lara, Luisa, Guilherme, João Felipe, João Marcelo, Gabriel Leite, Gabriel Nunes, Marco Antônio, Mel, Pedro, Rosado, Tuan, Vera, Vitor, Vanessa, Caio, Mariana e Kauã; por ouvirem todas as minhas reclamações e vibrarem em todas as minhas conquistas.

Agradeço a meu noivo, Guilherme, por colocar meus pés no chão quando me perco em muitos pensamentos, por ser compreensivo, atencioso, justo e o meu fã número 1. Sem ele, eu não teria voltado para a Geografia.

Agradeço também ao meu orientador, o professor Heraldo Peixoto, que me deixou livre para trilhar esse caminho do meu jeito, com muita paciência e oferecendo muitas referências incríveis para minha vida acadêmica e para a minha carreira como um todo.

E, por fim, mas não menos importante, agradeço ao Universo por toda a energia e sabedoria conquistadas, por todos os mantras, *mudras* e meditações. Confesso que ainda não entendi tudo, mas agradeço de coração pela pessoa que venho me tornando até chegar aqui.

EPÍGRAFE

“Toda história real é uma história sem fim.”

- Michael Ende

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) analisa a gestão de resíduos sólidos no município de Salvador-BA, à luz das políticas públicas e da implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 (ODS 11) da Agenda 2030 da ONU. A pesquisa possui abordagem qualitativa, fundamentada em levantamento bibliográfico, análise documental e realização de entrevistas com moradores de diferentes bairros da capital, além de um representante do Projeto Recicle UFBA, vinculado à Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura (SUMAI). A análise aponta a existência de instrumentos institucionais voltados à gestão de resíduos, como o Plano Nacional de Resíduos Sólidos, o Plano Estadual da Bahia e as ações da LIMPURB, bem como limitações relacionadas à cobertura da coleta seletiva, à educação ambiental e à integração entre poder público e população. Evidenciam-se, ainda, desigualdades socioespaciais, o desconhecimento das políticas públicas locais e a insuficiência de infraestrutura e logística para a coleta seletiva e a destinação adequada dos resíduos, especialmente em áreas periféricas, em diálogo com os desafios estabelecidos pelo ODS 11 no contexto urbano de Salvador.

Palavras-chave: Gestão de resíduos sólidos. Políticas públicas. Sustentabilidade urbana. ODS 11. Salvador.

ABSTRACT

This Course Completion Work (TCC) analyzes solid waste management in the municipality of Salvador, Bahia, from the perspective of public policies and the implementation of Sustainable Development Goal 11 (SDG 11) of the United Nations 2030 Agenda, which aims to make cities more inclusive, safe, resilient, and sustainable. The study adopts a qualitative approach, based on a bibliographic survey, documentary analysis, and interviews conducted with residents from different neighborhoods of the city, as well as with a representative of the Recicle UFBA Project, linked to the Superintendence of Environment and Infrastructure (SUMAI). The analysis highlights the existence of institutional instruments aimed at solid waste management, such as the National Solid Waste Plan, the Bahia State Plan, and the actions carried out by LIMPURB, as well as limitations related to selective collection coverage, environmental education, and the integration between public authorities and the population. Socio-spatial inequalities, limited public awareness of local public policies, and insufficient infrastructure and logistics for selective waste collection and proper waste disposal are also identified, especially in peripheral neighborhoods, in dialogue with the challenges established by SDG 11 in Salvador's urban context.

Keywords: Solid waste management. Public policies. Urban sustainability. SDG 11. Salvador.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Moradores reclamam de lixo acumulado em bairro de Salvador.....	22
Figura 2: Lixo acumulado na Travessa das Pitangueiras, em Fazenda Grande do Retiro.....	23
Figura 3: Distribuição por Tipo de Moradia.....	25
Figura 4: Percepção sobre o Descarte.....	26
Figura 5: Responsabilidade pelo Lixo e Separação de Resíduos.....	26
Figura 6: Papel e Papelão – SUMAI.....	28
Figura 7: Lâmpadas recolhidas nas unidades da UFBA.....	29
Figura 8: Materiais de vidro.....	31

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Políticas Públicas a partir das metas do ODS 11.....	34
--	----

LISTA DE SIGLAS

ANA - AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO
ASMC - ATERRO SANITÁRIO METROPOLITANO CENTRO
BA - BAHIA
ENAP - FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO
LIMPURB - EMPRESA DE LIMPEZA URBANA DE SALVADOR
MMA - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
ODS - OBJETIVOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS
PERS - PLANO ESTADUAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DA BAHIA
PGIRS - PLANO MUNICIPAL DE GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS
PLANEC - PLANO NACIONAL DE ECONOMIA CIRCULAR
PNRS - POLÍTICA NACIONAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS
SEDUR - SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO
SUMAI - SUPERINTENDÊNCIA DE MEIO AMBIENTE E INFRAESTRUTURA
UFBA - UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA

SUMÁRIO

1. Introdução.....	12
2. Objetivos.....	14
3. Metodologia.....	14
4. Resultados e Discussões.....	17
4.1. Gestão de Resíduos Sólidos no Brasil.....	17
4.2. Gestão de Resíduos Sólidos em Salvador e suas problemáticas.....	19
4.3. Vivências Populares acerca da Gestão de Resíduos Sólidos em Salvador.....	24
4.4. Outros Agentes na Gestão de Resíduos Sólidos.....	27
4.5. Desafios à Implementação das Políticas Públicas de Gestão de Resíduos Sólidos e do ODS 11 em Salvador.....	33
5. Considerações Finais.....	34
Referências Bibliográficas.....	36
APÊNDICE.....	40

1. Introdução

Salvador, primeira capital do Brasil e cidade de profunda relevância histórica, desempenhou papel central no processo de colonização e expansão territorial a partir do século XVI, após a chegada dos portugueses. No entanto, sua ocupação urbana deu-se de forma não planejada e desigual, resultando em um território fragmentado, onde coexistem bairros com elevado grau de padrão construtivo e infraestrutura com outros que ainda enfrentam carências históricas em políticas públicas, saneamento e sustentabilidade.

Segundo Fernandes (2004),

(...) nos anos 50, começaram a expansão horizontal e a segregação urbana em Salvador (...), a partir de então, as alterações foram impressionantes. Na década de 60, mudanças no sistema de transporte transformaram a cidade. Nos anos 70, houve a implantação de importantes equipamentos e um intenso incremento habitacional. (...) A densificação prossegue, tornando necessárias ações estratégicas que contemplam as necessidades da expressiva comunidade local e que se preocupem também com a qualidade de vida (...) em toda a cidade. (Fernandes, 2004).

Nesse cenário, a gestão de resíduos sólidos se apresenta como um dos principais desafios da administração pública municipal, especialmente quando analisada sob a perspectiva das desigualdades socioespaciais. A Geografia, enquanto ciência crítica e voltada à análise das dinâmicas socioambientais oferece ferramentas fundamentais para compreender como essas políticas impactam de maneira diferenciada a qualidade de vida das populações de bairros considerados “populares” em comparação àqueles classificados como “nobres”.

Pensando nisso, com olhar crítico, este trabalho tem como hipótese central a questão: Salvador apresenta uma gestão de resíduos sólidos integrada ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 da Agenda 2030 da ONU – Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis? A partir de uma abordagem cronológica e dialética, pretende-se compreender os avanços e entraves da cidade frente às metas internacionais, considerando indicadores ambientais, sociais e de qualidade de vida da população soteropolitana. Essa reflexão se faz urgente diante da proximidade do prazo estabelecido pela Agenda 2030, exigindo uma leitura aprofundada sobre a efetividade das políticas públicas implementadas no município.

A compreensão conceitual dos resíduos sólidos constitui um elemento fundamental para a análise das problemáticas ambientais e urbanas, uma vez que esses materiais estão diretamente relacionados aos padrões de produção, consumo e organização do espaço. Nesse sentido, torna-se necessário recorrer a definições técnicas e institucionais que possibilitem delimitar o objeto de estudo e fundamentar a discussão teórica. De acordo com a Fundação Escola Nacional de Administração Pública - ENAP (2017),

Resíduos sólidos são todos aqueles resíduos nos estados sólidos e semissólidos que resultam da atividade da comunidade, de origem: industrial, doméstica, hospitalar, comercial, de serviços de varrição ou agrícola, resíduos gerados em equipamentos e instalações de controle da poluição, e líquidos que não possam ser lançados na rede pública de esgotos, em função de suas particularidades (ENAP, 2017, p. 8).

A procura por boas práticas e pelo manejo adequado dos resíduos tem se tornado essencial, especialmente ao perceber os prejuízos à saúde das pessoas, ao meio ambiente e ao bem-estar de todos os seres vivos causados pelo descarte incorreto dos resíduos sólidos. No Brasil, os entes federativos devem manter ações para a defesa do meio ambiente, com o intuito de repensar os padrões de produção e consumo, levando em conta questões sociais e ambientais (Rodrigues, 2015).

A gestão de resíduos sólidos é uma das maiores problemáticas enfrentadas pelas cidades brasileiras, especialmente nos grandes centros urbanos como Salvador. A ausência de políticas públicas eficazes, a coleta seletiva ainda incipiente, o descarte inadequado de resíduos e a falta de instrumentos de políticas que torne efetivo o cumprimento da responsabilidade da logística reversa pelos grandes geradores, impactam diretamente o meio ambiente e a qualidade de vida da população, com efeitos mais acentuados nas áreas periféricas e socialmente vulneráveis.

Em Salvador, as desigualdades socioespaciais históricas refletem-se de forma significativa na maneira como os serviços urbanos são ofertados, revelando um cenário onde bairros mais abastados recebem maior atenção do poder público, enquanto comunidades populares lidam com precariedade na coleta e destinação de resíduos. Tais disparidades evidenciam a urgência de políticas públicas inclusivas e sustentáveis, conforme preconizado pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável número 11 da Agenda 2030 da ONU.

Nesse contexto, torna-se relevante e necessário desenvolver um estudo que analise criticamente as políticas municipais de gestão de resíduos sólidos, seus avanços, limitações e impactos sociais e ambientais, a fim de contribuir com o debate sobre cidades mais justas, resilientes e sustentáveis.

O problema de pesquisa surgiu, principalmente, a partir do acompanhamento de notícias em veículos de imprensa e redes sociais acerca de situações onde moradores de bairros populares de Salvador convivem com a falta de organização e destinação correta dos resíduos sólidos domiciliares, que são dispostos em pequenos aterros irregulares em pontos como postes e esquinas, criando um ambiente insalubre.

Essas irregularidades vão de encontro ao que a ONU propõe nos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, principalmente no Objetivo 11, que visa a implementação de

cidades e comunidades sustentáveis. Portanto, a presente pesquisa justifica-se pela sua pertinência social, ambiental e acadêmica, oferecendo subsídios para a construção de estratégias públicas mais equitativas e alinhadas aos compromissos internacionais assumidos pelo Brasil.

2. Objetivos

Pretendeu-se analisar as políticas públicas de gestão de resíduos sólidos em Salvador-BA, à luz do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.

2.1. Objetivos Específicos

- Investigar o histórico e a estrutura atual das políticas públicas voltadas à gestão de resíduos sólidos em Salvador-BA;
- Identificar os principais desafios socioambientais relacionados ao manejo de resíduos sólidos em diferentes locais da cidade, com ênfase nas desigualdades socioespaciais;
- Avaliar em que medida as ações municipais estão alinhadas às metas do ODS 11, propondo caminhos para uma gestão mais equitativa e sustentável.

3. Metodologia

A metodologia de pesquisa escolhida para o projeto utilizou o método de procedimentos comparativos, levando em conta o caráter analítico-situacional do problema central, que, segundo Gil (2008), “procede pela investigação de indivíduos, classes, fenômenos ou fatos, com vistas a ressaltar as diferenças e similaridades entre eles.”.

Nesse contexto, a abordagem metodológica foi feita de maneira cronológica e dialética, pois se considerou como hipótese central a premissa de que Salvador, como município importante para o Estado da Bahia, para a Região Nordeste e para o Brasil como um todo, é capaz de garantir a implementação do ODS 11 da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU.

A abordagem cronológica foi empregada na pesquisa bibliográfica acerca da gestão de resíduos sólidos do Brasil, da Bahia e de Salvador, organizando-se a sequência de atos normativos, programas e eventos relevantes em ordem temporal para permitir a compreensão da evolução das políticas públicas, a identificação de marcos legais e

administrativos, e a articulação entre medidas federais, estaduais e municipais.

Segundo Coelho (2021),

De forma geral, o método dialético é um método de abordagem que tem como características centrais o uso da discussão, da argumentação e da provocação. Usa-se esse método nas pesquisas sociais, com o objetivo de interpretar, de forma qualitativa, alguns fenômenos sociais, através de seus princípios, leis e categorias de análise. O método dialético requer o estudo da realidade em movimento. Ou seja: o método analisa partes da realidade em constante relação com a totalidade (Coelho, 2021).

No desenvolvimento deste trabalho, o método dialético foi utilizado como abordagem teórico-metodológica para compreender o objeto de estudo em sua totalidade, considerando a realidade social como dinâmica, histórica e marcada por contradições. A análise não se limitou à descrição dos fenômenos, mas buscou interpretá-los a partir da relação entre partes e todo, articulando dados empíricos, referenciais teóricos e o contexto socioeconômico e institucional em que se inserem. Dessa forma, foi possível problematizar discursos, práticas e políticas, confrontando o que é previsto normativamente com o que se materializa na realidade, evidenciando tensões, limites e possibilidades de transformação, conforme os pressupostos do método dialético descritos por Coelho (2021).

A primeira etapa do trabalho foi o levantamento bibliográfico, que considerou um recorte de bairros de Salvador, populares e nobres, a fim de construir um histórico da gestão de resíduos. Este levantamento levou em conta o Plano Estadual de Resíduos Sólidos, as políticas estaduais e municipais, o Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico e o Plano Nacional de Economia Circular de Resíduos. Também foi evidenciada uma análise sobre o documento da ONU – Organização das Nações Unidas a respeito dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável.

A seguir, foram realizadas entrevistas (APÊNDICE I) sobre a coleta seletiva e a limpeza urbana com moradores de diversos bairros de Salvador. Essa pesquisa foi essencial para entender como a cidade se encontra em um panorama de opinião popular. A análise desta etapa teve como intuito principal a concentração de dados quantitativos e qualitativos sobre a opinião pessoal desses moradores, sem a exigência de um conhecimento prévio sobre gestão de resíduos sólidos por parte deles, para entender qual é a percepção a respeito desta temática.

A partir dos dados bibliográficos relatados anteriormente, a entrevista elaborada foi semi-estruturada com 30 moradores de diversos bairros de Salvador. Sua elaboração visou formar um relato informal, deixando os entrevistados mais dispostos a participar por mais tempo.

De acordo com Manzini (2004), a entrevista semi-estruturada caracteriza-se pela utilização de um roteiro previamente elaborado, composto por perguntas principais que orientam a coleta de dados, sem impedir flexibilidade para indagações complementares, conforme a dinâmica da entrevista. Essa combinação de estrutura e abertura permite que o pesquisador organize a investigação conforme os objetivos da pesquisa, ao mesmo tempo em que mantém a possibilidade de explorar conteúdos emergentes a partir das respostas dos informantes.

Manzini (2004) também propõe categorias de análise para avaliar a qualidade dos roteiros: adequação da linguagem (vocabulário, clareza, uso de jargões), forma das perguntas (extensão, clareza mental, carga emocional, múltipla finalidade) e sequência das questões (organização de blocos temáticos e gradatividade da dificuldade). Segundo ele, essas categorias não funcionam como limitação rígida, mas como instrumentos para garantir coerência teórico-metodológica e permitir uma coleta de dados mais consistente e reflexiva.

A entrevista foi realizada com trinta moradores de diferentes bairros de Salvador, que foram escolhidos aleatoriamente nos campi da Universidade Federal da Bahia no primeiro semestre do ano de 2025. O local de entrevista foi escolhido pelo motivo da UFBA – Universidade Federal da Bahia ser um recorte dentro da cidade, que tem uma gama de frequentadores de inúmeros bairros de Salvador, com diversas realidades de classe, moradia e hábitos. O número de entrevistados foi definido de acordo com o tempo disponível para a pesquisa e o teor abrangente das perguntas, que visavam uma conversa extensa, não apenas respostas curtas.

Os dados quantitativos referentes ao tipo de moradia; percepção sobre o descarte e a regularidade da coleta seletiva; e a responsabilidade pelo lixo e separação de resíduos foram tratados em forma de gráfico de barras para uma melhor visualização. Enquanto isso, os qualitativos foram dispostos em uma análise documental com descrição geral das entrevistas.

Em continuidade, também foi realizada uma pesquisa de campo no galpão da SUMAI - Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura, no campus de Ondina da UFBA, sob orientação do servidor do órgão Gilmar Nery Ribeiro, que organizou um tour explicativo sobre todas as etapas e procedimentos feitos pelo órgão a favor da Economia Circular dos resíduos sólidos produzidos na UFBA e também enviados de fora da universidade por servidores, estudantes e voluntários. Esses dados foram dispostos em forma textual no decorrer do trabalho.

Por fim, os dados obtidos nas etapas anteriormente citadas geraram uma análise

sobre as políticas públicas de Salvador para a gestão de resíduos sólidos, e se estas políticas estão em concordância com o ODS 11 da ONU para o Desenvolvimento Sustentável.

4. Resultados e Discussões

4.1. Gestão de Resíduos Sólidos no Brasil

O Brasil tem importantes documentos norteadores, enquanto instrumentos para formulação de políticas públicas de gestão de resíduos sólidos. Levando em conta o seu aspecto multicultural e o tamanho continental do país, é importante ressaltar as estratégias utilizadas pelas diferentes esferas do poder constitucional para cumprir metas socioambientais que fazem parte da área.

De acordo com o Ministério do Meio Ambiente, 2022:

O Plano Nacional de Resíduos Sólidos contempla prioritariamente os resíduos originários de atividades domésticas em residências urbanas e aos originários de varrição, limpeza de logradouros e vias públicas e outros serviços de limpeza urbana. Vale ressaltar que se enquadram neste grupo os resíduos de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços, caracterizados legalmente como não perigosos pelo poder público municipal e que, em razão de sua natureza, composição ou volume, são equiparados aos resíduos domiciliares. (MMA, 2022)

Neste importante documento, a prioridade na gestão é a não geração de resíduos, esta, porém, ainda se encontra muito distante de ser efetivada, visto que não existem indicadores que demonstrem o volume de material que deixou de ser descartado ou que foi reduzido. As políticas de não geração e redução da geração de resíduos carecem de estímulo e ferramentas de desenvolvimento e acompanhamento, por isso o Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Lei nº 12.305/2010) foi criado, para garantir que o cenário atual alcance as metas globais de sustentabilidade dos resíduos. (MMA, 2022)

Outro importante documento é o Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico, a Lei nº 14.026, de 15 de Julho de 2020, que revisa e fortalece o marco regulatório do saneamento básico no Brasil, atualizando a anteriormente vigente Lei nº 11.445/2007 (Brasil, 2020).

Entre as principais mudanças, a lei estabelece metas de universalização dos serviços, com 99% da população com acesso à água potável e 90% com coleta e tratamento de esgoto até 31 de dezembro de 2033. Ela também introduz a prestação regionalizada dos serviços de saneamento, incentiva a abertura à participação privada com maior competitividade e eficiência, além de conferir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência regulatórias para o setor (Brasil, 2020).

Além disso, a legislação determina que os contratos de prestação dos serviços de saneamento incluam cláusulas de metas, indicadores de desempenho, redução de perdas, uso racional de água e reuso de efluentes, assegurando maior qualidade e eficiência. A norma também veda a celebração de novos contratos de programa, ou seja, a modalidade que permitia a prestação de serviços sem licitação, estimulando a adoção de contratos de concessão com licitação prévia. Essas alterações visam tornar o setor mais transparente, atrativo para investimentos públicos e privados, e garantir melhor qualidade, cobertura e sustentabilidade dos serviços de saneamento para toda a população brasileira (BRASIL, 2020).

Com o avanço na temática da gestão de resíduos sólidos, foi elaborado o Plano Nacional de Economia Circular (PLANEC) 2024-2034, que propõe uma transição do modelo linear de produção e consumo para um modelo circular, que valoriza a regeneração da natureza, o uso eficiente dos recursos e a redução de resíduos. Essa mudança busca eliminar a geração de rejeitos desde o desenho dos produtos, priorizando o reuso, a reciclagem e a remanufatura. O plano também incentiva a logística reversa, a instalação de recicadoras e a inclusão de catadores nas cadeias produtivas, promovendo a circularidade como princípio norteador do desenvolvimento sustentável do país (Brasil, 2025).

Por isso, a relação entre o PLANEC e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 da ONU é evidente, especialmente com o ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis). O plano reconhece que a Economia Circular é essencial para enfrentar os desafios globais de poluição, perda de biodiversidade e mudanças climáticas. Ao propor a redução do uso de recursos naturais e o redesenho circular da produção, o PLANEC contribui para a mitigação de impactos ambientais e para o alcance das metas internacionais de sustentabilidade (Brasil, 2025).

Entretanto, o documento reconhece que a implementação da Economia Circular e a gestão eficiente dos resíduos sólidos enfrentam desafios estruturais e sociais. Entre eles estão a falta de infraestrutura adequada, a informalidade do trabalho de coleta e triagem, e a necessidade de capacitação técnica e educacional da população. O plano propõe, então, uma transição justa, inclusiva e equitativa. Dessa forma, o PLANEC não se limita a um conjunto de metas ambientais, mas configura-se como uma estratégia integrada de transformação econômica e social, alinhando o Brasil às metas globais de desenvolvimento sustentável (Brasil, 2025).

No âmbito estadual, fazendo parte da Lei nº 12.932/2014, existe o Plano Estadual de Resíduos Sólidos da Bahia (PERS/BA), que é um instrumento de planejamento e gestão, que

tem como objetivo principal orientar e articular ações voltadas à melhoria da gestão dos resíduos sólidos em todo o território baiano, promovendo avanços ambientais, sociais, econômicos e tecnológicos (SEDUR, 2024).

A elaboração do PERS combinou estudos técnicos, levantamentos de campo e consultas públicas, além de 17 oficinas participativas distribuídas em três ciclos e um seminário final. As oficinas envolveram representantes de diversos setores da sociedade e foram realizadas de forma remota, agrupando em cinco blocos os 27 Territórios de Identidade da Bahia, que são a unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia desde 2007 e levam em consideração características socioeconômicas, políticas, geoambientais (FLORES, 2014). Esse processo reforçou a importância da participação social e da viabilidade das ações propostas como eixos centrais do PERS (SEDUR, 2024).

Sobre a coleta seletiva, a maioria dos locais apresenta iniciativas incipientes ou inexistentes, com forte presença de práticas informais realizadas por catadores em condições precárias. Essa realidade reforça a necessidade de formalização, capacitação e inclusão socioprodutiva desses trabalhadores. Além disso, o diagnóstico social confirmou a percepção negativa da população quanto à gestão dos resíduos. As principais queixas incluem ausência de coleta regular em áreas rurais e periféricas, falta de educação ambiental, escassez de lixeiras públicas e vandalismo nos equipamentos urbanos. Os participantes também destacaram a necessidade de ampliar a comunicação social e o reconhecimento dos catadores. (SEDUR, 2024).

4.2. Gestão de Resíduos Sólidos em Salvador e suas problemáticas

O Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PGIRS) de Salvador ainda se encontra em fase de estruturação, com o propósito básico de alinhar-se aos princípios estabelecidos pela Política Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), para organizar e aprimorar as ações relacionadas ao manejo dos resíduos, promovendo a redução da geração, o reaproveitamento e a reciclagem dos materiais, bem como a destinação final ambientalmente adequada (SEDUR, 2016).

O município de Salvador está localizado no Estado da Bahia, sendo sua capital oficial, com 693.442 km² de extensão territorial e população estimada em 2.568.928 pessoas (IBGE, 2024), o que gerou cerca de 906.944,12 toneladas de resíduos sólidos domiciliares, entre janeiro e dezembro de 2024, no Aterro Sanitário Metropolitano Centro - ASMC (LIMPURB, 2024).

A Empresa de Limpeza Urbana de Salvador - LIMPURB foi criada por meio da Lei nº 3.034, de 25 de maio de 1979, para garantir a limpeza urbana, visando à sustentabilidade socioambiental da cidade de Salvador (LIMPURB, 2022). Sua estrutura ampla abrange os principais tipos de resíduos domiciliares, além de diferentes modalidades de limpeza, organização e preservação do território municipal, atuando em todas as etapas de destinação de resíduos. A empresa pública é referência primária no manejo e na destinação desses, atuando em cooperação com outros órgãos municipais, além de estar de acordo com as normativas estaduais, nacionais e mundiais.

Segundo Britto et al. (2017), a urbanização de Salvador, desde sua fundação em 1549 até as reformas de José Joaquim Seabra, conhecido como J. J. Seabra, importante jurista e governador baiano já no século XX, fomentou diversos tipos de desigualdades entre sua população, sendo a socioambiental a mais escancarada. Isso não foi diferente no âmbito da limpeza municipal.

A formação histórica do sistema de limpeza pública em Salvador está diretamente associada ao crescimento urbano desordenado e às desigualdades socioeconômicas estruturais que marcaram a cidade ao longo do século XX. Desde o período em que o serviço era denominado “asseio público”, observa-se que a ampliação da coleta e da destinação dos resíduos ocorreu de maneira reativa ao aumento populacional, sem planejamento de longo prazo e sem políticas públicas integradas. Tal dinâmica contribuiu para a concentração dos serviços nas áreas centrais, enquanto bairros periféricos permaneceram historicamente desassistidos, refletindo uma lógica de gestão urbana excludente e socialmente seletiva (Sousa, 2008).

A precariedade estrutural da limpeza pública em Salvador se evidencia de forma clara ao longo das décadas, sobretudo pela ausência de planejamento e pela improvisação administrativa, conforme destaca Sousa (2008):

Nota-se, ao longo do tempo, que a cidade sempre careceu de políticas públicas no sentido de gestar a destinação final dos resíduos sólidos e, nos dias atuais, parece ainda não dispor de tais políticas. Administrar o lixo de uma cidade como Salvador, que já possui uma das maiores populações do país, é um grande desafio a ser enfrentado pelos seus gestores públicos, diante da produção diária de toneladas de resíduos e da ausência de informações claras sobre sua destinação final (Sousa, 2008).

Essa condição histórica contribuiu para a naturalização da presença de lixo nas vias públicas, sobretudo em áreas socialmente vulneráveis, ampliando riscos ambientais e sanitários.

Ao longo das décadas de 1980 e 1990, a desigualdade na oferta dos serviços de limpeza pública tornou-se ainda mais evidente, especialmente com a distinção entre uma

cidade organizada para o turismo e outra marcada pela precariedade cotidiana vivenciada pelos moradores dos bairros periféricos. A coleta irregular, o acúmulo de resíduos e a destinação inadequada do lixo em áreas como Canabrava evidenciam como a gestão dos resíduos sólidos reproduziu desigualdades socioespaciais, afetando principalmente populações de baixa renda, que passaram a conviver com impactos ambientais, riscos à saúde e estigmatização territorial (SOUZA, 2008).

Dessa forma, a análise histórica da limpeza pública em Salvador permite compreender que as desigualdades socioeconômicas associadas à gestão dos resíduos sólidos não são fenômenos recentes, mas resultantes de um processo contínuo de ausência de planejamento, políticas fragmentadas e priorização seletiva dos territórios urbanos. Mesmo com avanços pontuais, como a implantação do Aterro Metropolitano Centro, persistem problemas estruturais que afetam de maneira mais intensa as populações periféricas, reforçando a necessidade de políticas públicas integradas, educação ambiental e justiça socioambiental como elementos centrais para a superação desse quadro histórico (SOUZA, 2008).

Essa análise se pode ser aprofundada também a partir do entendimento sobre os bairros populares. De acordo com Vasconcelos (2006), os anos entre 1945 e 1969 foram um dos principais períodos para o desenvolvimento dos bairros populares em Salvador devido às grandes migrações regionais ocorridas e o consequente crescimento demográfico.

Para a produção do espaço urbano, seguindo o fluxo do capital, as cidades precisam se dividir em sub-regiões mais ou menos valorizadas, levando em conta o mercado imobiliário, a localização e a infraestrutura dos bens e serviços públicos. (Silva, 2021). Além disso,

O bairro é um território único, com níveis de realidade ou intensidades em momentos diferentes no decorrer do seu movimento de formação no tempo-espacó e nas particularidades do interior de cada cidade. No bairro periférico e popular há uma problemática socioespacial mais ou menos definida: está geograficamente distante do centro da cidade, denominado periferia e possui em sua maioria uma população de baixa renda e status social, ou seja, popular, mas nem todo bairro periférico é popular e nem todo bairro popular é periférico.

O bairro periférico e popular atrai moradores de baixo status social e renda, é a forma possível de pertencer à cidade, mesmo que em condições precárias. São moradores atraídos pelo baixo valor do aluguel e dos imóveis, pelo êxodo rural e a busca por emprego e melhores condições de vida que acreditam encontrar na cidade. A violência e a marginalidade são relacionadas pelos moradores não periféricos como condicionantes da precariedade econômica. Em um território de caos e de privação das necessidades básicas, os moradores convivem com o preconceito, o sentimento de exclusão e a vulnerabilidade com a fraca atuação do poder público na oferta de bens e serviços. (Silva, 2021)

Em Salvador, é comum destacar os bairros como nobres ou populares. Os bairros nobres são os que possuem maior infraestrutura, valorização e segurança, geralmente ocupados por pessoas com maiores rendas. Já os bairros populares são os que oferecem o

menor custo-benefício, com infraestrutura menos robusta e concentração de pessoas das menores rendas. Os bairros populares de Salvador são marcados principalmente pelas desigualdades socioeconômicas e situações de baixa segurança e precariedade dos serviços ofertados.

Dessa forma, a produção desigual do espaço urbano e a fragilidade na oferta de serviços públicos nos bairros periféricos criam um cenário propício à precarização da limpeza urbana, tornando esses territórios mais vulneráveis à degradação ambiental. É nesse contexto que as condições cotidianas desses espaços passam a ganhar maior visibilidade e contestação social.

Atualmente, com o aumento do uso de redes sociais como espaços de denúncia e protesto, é possível observar constantemente nas grandes mídias locais o retrato social da gestão dos resíduos de Salvador: acumulados por dias em pequenos aterros irregulares em esquinas, próximos a postes ou em terrenos abandonados dos bairros populares (Globo, 2025).

Foi possível ver na mídia local de Salvador diversas matérias circulando sobre resíduos descartados de forma inadequada em bairros populares. No primeiro caso analisado, moradores do Largo Dois de Julho, no centro da cidade, fizeram uma denúncia sobre a falta de caixa coletora para os resíduos, que estavam acumulados em frente a um prédio e invadindo a via pública. Além disso, foi possível identificar, nesse caso, uma grande quantidade de descartes de construção civil, o que evidenciava a falta de organização popular acerca da coleta seletiva (Araújo, 2024)

Figura 1: Moradores reclamam de lixo acumulado em bairro de Salvador



Fonte: BNews, 2024

Em outra reportagem, havia um alerta ainda maior. No bairro de Fazenda Grande do Retiro, o acúmulo de lixo na via pública acarretava pragas urbanas, como roedores e insetos, além de mau cheiro e ações desesperadas dos moradores para eliminar os resíduos por meio da queima, o que poderia causar algum tipo de incêndio, já que o ponto de descarte ficava próximo a uma distribuidora de gás de cozinha. Neste caso em específico, a LIMPURB informou que já havia tentado colocar um container para o descarte adequado no local, porém a própria população não permitiu, por ser uma área residencial. (G1, 2022)

Figura 2: Lixo acumulado na Travessa das Pitangueiras, em Fazenda Grande do Retiro



Fonte: G1, 2022

Diante desses episódios, torna-se evidente que as notícias sobre o descarte irregular de resíduos em Salvador revelam não apenas falhas estruturais na gestão municipal, mas também desigualdades socioespaciais que afetam diretamente a qualidade de vida da população. Os casos analisados mostram que a falta de infraestrutura adequada, aliada à insuficiência de políticas públicas eficazes de educação ambiental e coleta seletiva, contribui para a naturalização de práticas nocivas e para a exposição de comunidades vulneráveis a riscos sanitários e ambientais. Assim, a recorrência dessas matérias destaca a urgência de ações integradas entre poder público e sociedade civil, capazes de promover soluções duradouras e garantir condições dignas de limpeza urbana e saúde coletiva.

Sendo assim, tomando como base o ODS 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis, que propõe “tornar as cidades e comunidades mais inclusivas, seguras, resilientes e

sustentáveis" (ONU, 2015), observa-se que, embora Salvador tenha avançado nas últimas décadas rumo a uma gestão urbana mais sustentável, os episódios recorrentes de acúmulo de resíduos e seus impactos sanitários revelam desafios estruturais ainda persistentes. As situações identificadas nas reportagens demonstram que a efetivação da sustentabilidade urbana depende não apenas de investimentos e infraestrutura, mas também de políticas públicas contínuas, fiscalizações eficazes e participação social ativa. Assim, torna-se fundamental que iniciativas de análise, debate e intervenção continuem a promover reflexões críticas e contribuam para o fortalecimento de cidades verdadeiramente inclusivas e resilientes.

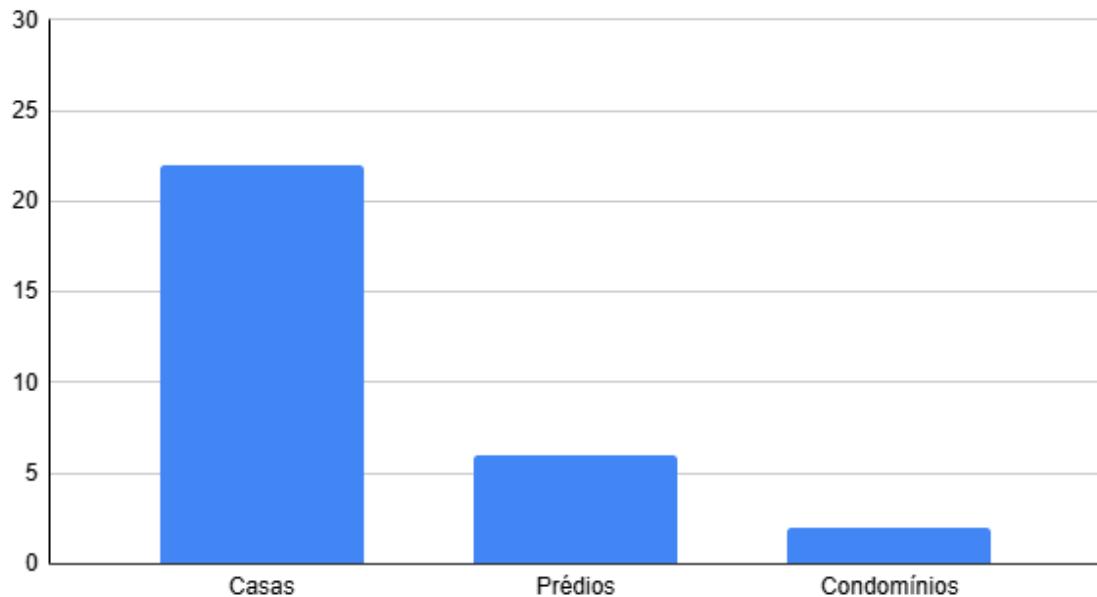
4.3. Vivências Populares acerca da Gestão de Resíduos Sólidos em Salvador

Foi realizada uma série de entrevistas semi-estruturadas a Universidade Federal da Bahia, com 30 participantes, que abrangeu principalmente indivíduos jovens, entre 21 e 35 anos de idade, com destaque para a faixa etária de 26 a 30 anos, que representou mais da metade dos participantes. Essa predominância de jovens adultos sugere um público potencialmente ativo no cotidiano urbano e capaz de refletir sobre práticas ambientais e de descarte de resíduos. Os bairros de residência apresentaram distribuição diversificada, contemplando tanto regiões centrais quanto periféricas: Brotas, Itaigara, Cosme de Farias, Ribeira, Cabula, Tancredo Neves, Engenho Velho de Brotas, Bairro da Paz, Plataforma, Saboeiro, Ondina e Federação; o que permitiu observar diferentes realidades quanto à infraestrutura e aos serviços de limpeza urbana.

Em relação ao tipo de moradia (Figura 3), 22 participantes afirmaram viver em casas, enquanto 6 residem em prédios e 2 em condomínios. Essa predominância de residências unifamiliares indica uma possível relação direta entre o manejo individual dos resíduos e a limitação da coleta seletiva estruturada, uma vez que os prédios e condomínios geralmente possuem sistemas coletivos de descarte. Corroborando essa análise, 18 pessoas afirmaram não possuir coleta seletiva individual em suas residências e 20 relataram não ter fácil acesso a esse serviço. Além disso, 18 entrevistados precisam se deslocar até caçambas ou pontos de descarte comunitário, o que evidencia uma carência significativa de cobertura do serviço porta a porta da LIMPURB em diversas localidades.

Figura 3: Distribuição por Tipo de Moradia

Distribuição por Tipo de Moradia

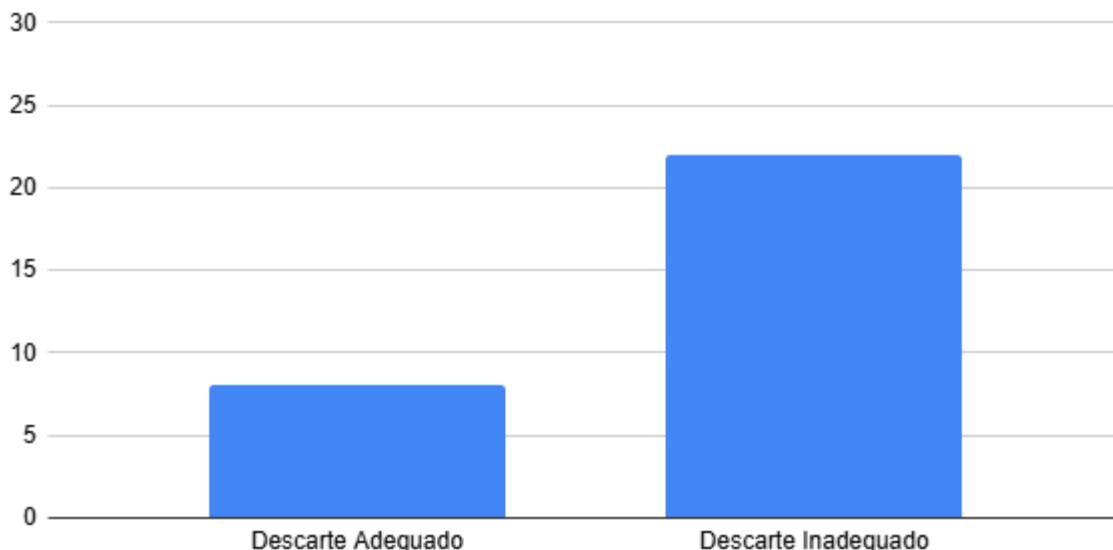


Fonte: SOUSA, A. J., 2025

Outro dado importante refere-se à destinação dos resíduos nos bairros (Figura 4). A maioria dos entrevistados (22 pessoas) considerou que o local de descarte não é ideal para garantir a salubridade das áreas vizinhas, mencionando a presença de lixo espalhado em vias públicas ou mal acondicionado. Apenas uma minoria reconhece haver ordenamento no descarte, já que 16 pessoas declararam que o lixo não é depositado apenas nos dias de passagem do caminhão da LIMPURB, demonstrando a falta de planejamento e regularidade na coleta. Essa ausência de controle e de informação sobre os dias corretos de recolhimento contribui diretamente para a poluição visual e para o acúmulo de resíduos nos espaços públicos.

Figura 4: Percepção sobre o Descarte

Percepção sobre o Descarte da Coleta

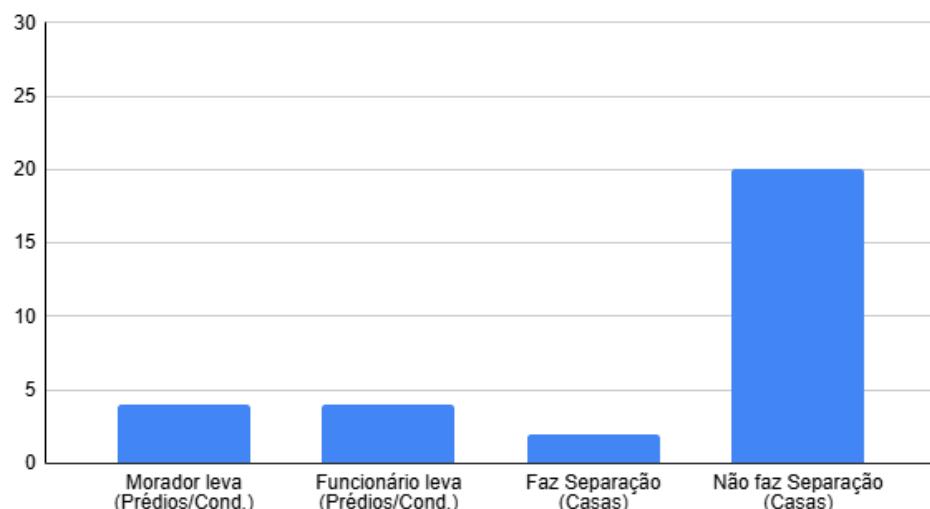


Fonte: SOUSA, A. J., 2025

Entre os moradores de prédios e condomínios, verificou-se que 4 entrevistados afirmaram ser responsáveis por levar o próprio lixo até a caçamba ou depósito, enquanto outros 4 relataram que um funcionário realiza essa tarefa. Contudo, todos os oito afirmaram que não existe uma política de separação entre materiais recicláveis e orgânicos nesses locais. Já entre os que residem em casas, apenas 2 pessoas relataram fazer a separação dos resíduos, enquanto 20 declararam não adotar essa prática, o que reforça a inexistência de uma cultura consolidada de coleta seletiva domiciliar em Salvador (Figura 5).

Figura 5: Responsabilidade pelo Lixo e Separação de Resíduos

Responsabilidade sobre os Resíduos



Fonte: SOUSA, A. J., 2025

Um dos resultados mais significativos da pesquisa foi o desconhecimento absoluto das políticas públicas de gestão de resíduos sólidos da LIMPURB: nenhum dos trinta entrevistados afirmou conhecer ou utilizar qualquer programa municipal voltado para esse tema. Esse dado evidencia uma lacuna preocupante na comunicação institucional e na educação ambiental oferecida pela administração pública, além de indicar a necessidade urgente de campanhas educativas mais acessíveis, integradas e contínuas.

As respostas abertas reforçam essa percepção, revelando um sentimento coletivo de insatisfação e descrença quanto à eficiência da coleta seletiva em Salvador. As sugestões dos participantes convergiram em torno de três eixos principais: infraestrutura, educação ambiental e gestão pública. Diversos entrevistados destacaram a necessidade de ampliar o número de caçambas e melhorar as condições dos pontos de descarte, além de extinguir lixões irregulares dentro dos bairros e aumentar a frequência da coleta. Outro grupo enfatizou a importância da conscientização social, propondo campanhas em escolas, comunidades e mídias digitais, bem como a implantação de lixeiras seletivas e programas educativos permanentes. Também foram mencionadas medidas de fiscalização, como multas a quem descarta lixo inadequadamente, e a valorização dos catadores, sugerindo a formalização de vínculos trabalhistas e remuneração justa.

De modo geral, a pesquisa revelou um cenário de desarticulação entre poder público e população, no qual a ausência de informação, de infraestrutura adequada e de incentivo à educação ambiental tem dificultado a consolidação da coleta seletiva em Salvador. As falas dos entrevistados indicam que, apesar da percepção da importância do tema, ainda há um distanciamento entre o discurso e a prática cotidiana. Esses resultados reforçam a necessidade de políticas públicas mais eficazes, sustentadas em ações educativas e estruturais, que promovam a participação cidadã e o fortalecimento da gestão integrada de resíduos sólidos, conforme previsto na Política Nacional de Resíduos Sólidos.

4.4. Outros Agentes na Gestão de Resíduos Sólidos

Apesar das reflexões obtidas nas entrevistas, é possível destacar duas importantes ações de gestão de resíduos sólidos em Salvador. A primeira delas é o programa Recicle UFBA, da Superintendência de Meio Ambiente e Infraestrutura - SUMAI, que é um programa de coleta seletiva solidária da Universidade Federal da Bahia (UFBA), implantado em 2013 com o propósito de incentivar a separação de resíduos recicláveis gerados nos campi da universidade, destinando-os a Cooperativas de catadores de Salvador.

Para a elaboração desta etapa da pesquisa, foi realizada uma pesquisa de campo com o servidor Gilmar Nery Ribeiro, responsável pela logística e organização do trabalho desenvolvido na SUMAI, com o objetivo de conhecer as instalações e o funcionamento do local, a partir de uma conversa guiada pelo mesmo.

Durante a visita técnica ao galpão de gestão de resíduos da UFBA, foi possível compreender detalhadamente o funcionamento do processo de coleta, separação, pesagem e destinação dos diferentes tipos de resíduos gerados nas unidades da universidade. A equipe realiza a coleta de resíduos recicláveis de segunda a quinta-feira, passando por todas as unidades da UFBA. Em cada local, os materiais são recolhidos e transportados em um baú até o galpão, onde todo o material é pesado e registrado. Papel e papelão são pesados conjuntamente, enquanto plástico, vidro, pilhas, baterias e óleo são pesados separadamente. As lâmpadas, por sua vez, não são pesadas, mas contabilizadas por unidade.

Figura 6: Papel e Papelão - SUMAI



Fonte: Autoria própria

O óleo de cozinha apresenta uma particularidade: embora as Cooperativas solicitem a medição em litros, a equipe realiza a pesagem em quilos, devido à impossibilidade técnica de conversão no local. Essa adaptação é aceita pelas Cooperativas parceiras. As lâmpadas coletadas são exclusivamente da UFBA, pois há um custo específico pago pela universidade à empresa responsável pela destinação adequada desse material.

Figura 7: Lâmpadas recolhidas nas unidades da UFBA



Fonte: Autoria própria

As Cooperativas realizam a retirada dos resíduos semanalmente. A Corpelix é responsável pela coleta de recicláveis secos, enquanto a Camapet faz a coleta do óleo. Não há custo para a universidade no caso da coleta de papel, plástico, vidro, pilhas e baterias. Todo o processo segue procedimentos rigorosos de controle e registro.

No galpão, os resíduos são organizados em baias. Não é realizada a triagem detalhada no local, devido às limitações de espaço físico; essa separação fina é feita posteriormente pelas Cooperativas. Entretanto, quando o material chega visivelmente inadequado, como resíduos orgânicos misturados aos recicláveis, a equipe não realiza a coleta. Nesses casos, o ocorrido é registrado por meio de fotos e comunicado à equipe de limpeza da unidade. Caso a situação persista, a direção da unidade é notificada formalmente.

Há um procedimento específico para documentos que necessitam de Trituração, especialmente aqueles que contêm informações sensíveis, como CPF de alunos, valores financeiros e assinaturas. Esses materiais não são colocados nos coletores comuns. A unidade interessada deve comunicar previamente por e-mail, informando a sala onde o material se encontra. A equipe recolhe esses documentos separadamente, realiza a pesagem por unidade de origem e só encaminha o material para o galpão após a Trituração, garantindo a segurança das informações.

Quanto ao vidro, a equipe não recolhe materiais provenientes de laboratórios químicos ou que tenham sido utilizados em experimentos. Esses resíduos possuem destinação específica realizada por empresas especializadas. Já o vidro comum, como garrafas domésticas ou resíduos de eventos, pode ser entregue normalmente. Para garantir a segurança dos trabalhadores das Cooperativas, a equipe da SUMAI realiza pessoalmente a entrega dos vidros, evitando riscos de acidentes durante o transporte misturado com outros materiais.

Figura 8: Materiais de vidro



Fonte: Autoria própria

Livros também fazem parte do fluxo de resíduos. Quando estão em bom estado, podem ser destinados à doação para estudantes, servidores ou terceirizados. Caso estejam inutilizáveis, por exemplo, com mofo ou deterioração, são encaminhados às Cooperativas. Todo esse processo é feito de forma organizada e registrada.

Todos os resíduos que chegam ao galpão são pesados e registrados diariamente, inclusive doações, que possuem controle separado. Ao final do ano, é elaborado um balanço geral com o quantitativo de papel, papelão, plástico, vidro, lâmpadas, pilhas, baterias, óleo e outros materiais.

Recentemente, a SUMAI firmou parceria com o projeto Manas Brasil, responsável pela coleta de roupas doadas nos coletores. Enquanto isso, o projeto passou a encaminhar papel e plástico para o galpão da universidade, por considerar o local mais seguro e confiável quanto à destinação correta dos resíduos.

O galpão da SUMAI já totalizou mais de quinze colaboradores em anos anteriores, mas devido a cortes de custos na universidade, agora atua somente com três pessoas fazendo todos esses processos. Além da coleta, a equipe também é responsável pela manutenção dos coletores, consertando equipamentos danificados. Os resíduos orgânicos são recolhidos pela Limpurb, mas eventuais problemas nos coletores também demandam intervenção da equipe da SUMAI.

O espaço também recebe visitas técnicas de turmas universitárias e escolas, mediante agendamento prévio por e-mail. Essas visitas têm caráter educativo e contribuem para a conscientização sobre a destinação correta dos resíduos sólidos e a importância da reciclagem.

Entre 2013 e 2024, o programa destinou cerca de 494 toneladas de materiais recicláveis para Cooperativas da cidade, contribuindo não só para a redução de resíduos descartados indevidamente, mas também gerando emprego e renda aos catadores. (UFBA, 2025)

Outra importante ação na gestão de resíduos sólidos de Salvador é o engajamento das Cooperativas de Reciclagem, que formam um grupo de 14 Cooperativas de Reciclagem, 1 Associação e 2 Redes Cooperativas, que fazem parte do Programa de Coleta Seletiva da cidade. Além disso, existem 90 pontos de entrega voluntária (PEVs), distribuídos em 50 bairros da cidade. Esse trabalho não seria possível sem os catadores de reciclagem.

Mais do que mero recolhimento de lixo, os catadores prestam um serviço essencial de coleta seletiva e reconversão de resíduos, uma tarefa fundamental para a Economia Circular, que visa reduzir o desperdício e maximizar o uso de recursos, e para a mitigação dos impactos ambientais causados pelo descarte indiscriminado. (Carpegiani, 2021). Assim, catadores (as) organizados em Cooperativas e/ou ambulantes atuam como agentes prestadores de serviço ambiental de limpeza pública, de viabilidade da logística reversa, da prática da Economia Circular, pelos quais não são vistos, valorizados e remunerados.

Quando organizados em Cooperativas ou associações, lhes cabe não apenas recolher e separar materiais, mas também classificar, comercializar e garantir que resíduos potencialmente poluentes sejam reaproveitados ou destinados adequadamente, reduzindo a quantidade enviada a aterros e contribuindo para o uso sustentável dos recursos. (Carpegiani, 2021). Com isso, reduzindo significativo custo com a limpeza pública pelas toneladas que deixam de ser enviados ao aterro.

Ademais, a atividade dos catadores carrega um forte componente social e de inclusão. Muitos desses trabalhadores vêm de contextos de vulnerabilidade social, exclusão e poucas oportunidades formais de emprego. A organização em Cooperativas, o reconhecimento legal

da ocupação (via classificação oficial e políticas públicas como a Política Nacional de Resíduos Sólidos) e a articulação coletiva são fundamentais para valorizar esse trabalho, dar dignidade, gerar renda e promover cidadania. (Carpegiani, 2021)

4.5. Desafios à Implementação das Políticas Públicas de Gestão de Resíduos Sólidos e do ODS 11 em Salvador

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, da Organização das Nações Unidas, é um plano de ação para as pessoas, o planeta e a prosperidade, que busca fortalecer a paz universal em uma liberdade mais ampla, reconhecendo que erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões é o maior desafio global e um requisito indispensável para o Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015).

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 propõe “tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis” (ONU, 2015), e sua efetivação requer a articulação entre as esferas federal, estadual e municipal, no planejamento urbano e na gestão de resíduos sólidos. No contexto brasileiro, essa articulação se expressa por meio dos instrumentos legais tratados anteriormente, que orientam o manejo adequado dos resíduos e a promoção da sustentabilidade urbana.

Os resultados da pesquisa realizada com moradores de Salvador, apresentados anteriormente, permitem compreender as lacunas existentes entre o que preveem esses instrumentos e a realidade cotidiana. A Política Nacional de Resíduos Sólidos estabelece princípios de responsabilidade compartilhada, incentivo à reciclagem e erradicação dos lixões, diretrizes que dialogam diretamente com as metas do ODS 11. Contudo, a percepção da população evidencia que tais princípios ainda não foram plenamente materializados no âmbito municipal.

O Plano Estadual de Gestão de Resíduos Sólidos da Bahia reforça a importância da integração entre municípios e consórcios públicos para o fortalecimento da coleta seletiva, o apoio às Cooperativas de catadores e o estímulo à educação ambiental. Entretanto, as dificuldades relatadas pelos moradores, como a falta de pontos de coleta, ausência de informação e pouca participação comunitária, indicam que essas metas estaduais enfrentam desafios na implementação local, principalmente nas áreas periféricas de Salvador.

Quando analisados sob a ótica da Agenda 2030, esses aspectos revelam entraves à concretização das metas 11.6 e 11.7 do ODS 11, que tratam, respectivamente, da redução dos impactos ambientais negativos nas cidades, com atenção ao manejo de resíduos, e do acesso universal a espaços públicos limpos e seguros. A precariedade na destinação do lixo e o

desconhecimento das políticas de resíduos dificultam a consolidação de cidades sustentáveis, uma vez que comprometem tanto a qualidade ambiental como a participação social no processo de transformação urbana.

No Quadro 1, é possível identificar como as metas do ODS 11 são articuladas com as políticas públicas brasileiras.

Quadro 1 – Políticas Públicas a partir das metas do ODS 11

Meta ODS 11	Políticas Públicas / Leis Nacionais Relacionadas	Como se Articulam
11.6. Redução do impacto ambiental negativo per capita; qualidade do ar e resíduos sólidos	Política Nacional de Resíduos Sólidos (Lei 12.305/2010); planos estaduais e municipais de gestão de resíduos; normas de qualidade do ar e políticas ambientais urbanas.	Define metas e instrumentos para manejo de resíduos e redução de impacto ambiental nas cidades.
11.7. Acesso universal a espaços públicos seguros e verdes até 2030	Estatuto da Cidade; leis de acessibilidade e inclusão.	Garantem inclusão espacial e acesso seguro a espaços urbanos para todos os grupos.

Elaboração: SOUSA, A. J., 2025.

Dessa forma, a relação entre os resultados da pesquisa e os planos governamentais evidencia que a implementação do ODS 11 em Salvador depende de estratégias integradas e contínuas de educação ambiental, transparência institucional e engajamento comunitário. Somente a partir da cooperação entre Estado e sociedade será possível reduzir as desigualdades territoriais, promover a responsabilidade compartilhada e avançar na construção de uma cidade mais limpa, inclusiva e sustentável.

5. Considerações Finais

A análise realizada ao longo deste trabalho permitiu compreender, de forma ampla e fundamentada, a complexidade envolvida na gestão de resíduos sólidos em Salvador e sua relação com as metas estabelecidas pelo Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 11 da Agenda 2030. A investigação confirmou que a cidade possui importantes instrumentos legais, iniciativas pontuais e esforços institucionais, mas ainda enfrenta entraves significativos que impedem a efetiva implementação e consolidação de um modelo de gestão verdadeiramente inclusivo, resiliente e sustentável. Esses desafios se intensificam quando observados a partir das desigualdades socioespaciais que historicamente configuraram o território soteropolitano.

O percurso histórico da formação urbana de Salvador, marcado por expansão desordenada, segregação territorial e diferenciação socioeconômica entre bairros, revelou-se elemento central para compreender as fragilidades do sistema municipal de geração e gestão resíduos. Conforme identificado por autores como Fernandes (2004), Silva (2021) e

Vasconcelos (2006), o modo como a cidade se estruturou produziu espaços profundamente distintos em termos de acesso à infraestrutura e serviços públicos. Essa herança influencia diretamente o cenário atual, no qual bairros nobres apresentam maior regularidade e qualidade na prestação dos serviços de limpeza urbana, enquanto comunidades populares sofrem com acúmulo de resíduos, coleta insuficiente e ausência de equipamentos adequados, impactando a saúde pública e a drenagem urbana.

Do ponto de vista legal e institucional, observa-se que o Brasil, a Bahia e Salvador possuem marcos orientadores importantes, como a Política Nacional de Resíduos Sólidos, o Plano Nacional de Economia Circular, o Plano Estadual de Resíduos Sólidos e o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. No entanto, a existência desses instrumentos não tem sido suficiente para assegurar uma implementação equitativa no território. A pesquisa bibliográfica evidenciou que, apesar dos avanços normativos, persistem lacunas estruturais relacionadas à fiscalização, educação ambiental, inclusão de catadores, logística reversa e expansão da coleta seletiva. Esses elementos ainda não se consolidaram na prática cotidiana dos bairros populares analisados.

As reportagens levantadas ao longo da pesquisa reforçaram esse cenário, demonstrando que o acúmulo de resíduos em vias públicas, a presença de pragas urbanas, o descarte irregular e a falta de pontos adequados de coleta constituem problemas recorrentes e amplamente divulgados pela mídia local. Esses episódios, longe de constituírem situações isoladas, representam a manifestação concreta das desigualdades socioambientais presentes no município. Revelam também a insuficiência de políticas públicas articuladas capazes de promover a transformação do modo como a cidade lida com seus resíduos.

As entrevistas realizadas com moradores de diferentes bairros acrescentaram uma camada essencial à análise, ao destacar a percepção social sobre o problema. Os relatos demonstraram um distanciamento significativo entre a população e as ações promovidas pelo poder público, além de uma compreensão limitada sobre a coleta seletiva e sobre sua importância ambiental e sanitária. Esse distanciamento indica a urgência da prática de ações educativas contínuas, que dialoguem com realidades comunitárias específicas e valorizem o protagonismo local no cuidado com o local.

Ao confrontar os dados obtidos com as metas do ODS 11, tornou-se possível constatar que Salvador avançou em algumas dimensões da sustentabilidade urbana, especialmente no que se refere ao desenvolvimento de marcos legais, à ampliação de serviços de limpeza urbana e ao estímulo a políticas alinhadas à Agenda 2030. Contudo, esses avanços permanecem insuficientes diante das exigências colocadas pelo compromisso internacional,

sobretudo quando se considera a necessidade de garantir direito a cidades inclusivas e resilientes para toda a população, e não apenas para segmentos privilegiados.

A sustentabilidade urbana é um processo contínuo que exige investimento, planejamento integrado e participação social. Com base neste estudo, fica evidente que o cumprimento pleno das metas do ODS 11 em Salvador depende de uma atuação intersetorial que envolva instituições públicas, organizações comunitárias, empresas privadas, Cooperativas de catadores e moradores. É imprescindível que os esforços se articulem em torno da redução das desigualdades socioespaciais, pois a sustentabilidade só é possível quando alcança a totalidade do território.

Além disso, a pesquisa demonstrou que a implementação de uma gestão de resíduos sólidos verdadeiramente eficiente não pode se restringir apenas a ações de coleta e destinação final. É necessário pensar em estratégias de prevenção, redução, reuso, reciclagem e Economia Circular, conforme propõe o PLANEC. Integrar essas práticas ao cotidiano municipal implica mudança cultural, aprimoramento da infraestrutura, fortalecimento da educação ambiental e valorização dos trabalhadores que compõem a cadeia de resíduos, especialmente os catadores.

Como hipótese central, questionou-se se Salvador apresenta uma gestão de resíduos sólidos integrada ao ODS 11. Os resultados permitem afirmar que a cidade possui elementos estruturantes que apontam para essa direção, mas ainda não se encontra plenamente alinhada às metas internacionais. Há iniciativas relevantes, mas elas se mostram fragmentadas e desiguais. Para alcançar os compromissos assumidos até 2030, será indispensável intensificar ações que promovam justiça socioambiental, que fortaleçam a participação comunitária e que reduzam as disparidades históricas entre bairros nobres e populares.

Por fim, este trabalho reafirma a importância de pesquisas interdisciplinares que articulem Geografia, políticas públicas e sustentabilidade. Analisar a gestão de resíduos sólidos a partir de uma perspectiva dialética e cronológica permitiu compreender que o problema não se resume a questões técnicas, mas se insere em um contexto mais amplo de desigualdade urbana. Contribuir para o debate sobre cidades sustentáveis e resilientes implica olhar para o território em suas contradições, reconhecer os sujeitos sociais que o compõem e propor caminhos que efetivamente promovam transformações estruturais.

Assim, espera-se que este estudo, reflexões e constatações sirvam como subsídios para análises críticas e contribuições para formulação de políticas mais robustas e para o fortalecimento de iniciativas que visem garantir uma Salvador mais limpa, justa, saudável e preparada para os desafios da Agenda 2030. A sustentabilidade, quando tratada como projeto

coletivo, torna-se não apenas possível, mas necessária para a construção de um futuro verdadeiramente inclusivo e resiliente.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Gabriela. Moradores reclamam de lixo acumulado em bairro de Salvador; veja o vídeo. **BNews**, 29 abr. 2024. Disponível em: <https://www.bnews.com.br/noticias/salvador/moradores-reclamam-de-lixo-acumulado-em-bairro-de-salvador.html>. Acesso em: 27 nov. 2025.

BAHIA. Secretaria de Desenvolvimento Urbano (SEDUR). **Plano Estadual de Resíduos Sólidos da Bahia (PERS/BA)**: Cartilha explicativa. Salvador: SEDUR, 2024.

BRASIL. Lei nº 14.026, de 15 de julho de 2020. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, para atribuir à Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA) competência para editar normas de referência sobre o serviço de saneamento. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jul. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm. Acesso em: 29 out. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Plano Nacional de Resíduos Sólidos (Planares)**. Brasília: MMA, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mma/pt-br/assuntos/agendaambientalurbana/planares>. Acesso em: 29 out. 2025.

BRITTO, Lays; MELLO, Márcia; MATTA, Raissa da. O processo de transformação urbana de Salvador-BA. **Revista de Desenvolvimento Econômico**, Salvador, v. 2, n. 37, p. 111–127, ago. 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.21452/rde.v2i37.4680>. Acesso em: 08 abr. 2025.

CARPEGIANI, Fernanda. Catadores | Essenciais para a economia e o meio ambiente. **Descarte**, 2021. Disponível em: <https://www.descarte.net/post/essenciais-para-a-economia-e-o-meio-ambiente>. Acesso em: 27 nov. 2025.

COELHO, Beatriz. Método dialético: entenda sobre esse método de abordagem. **Blog Mettzer**, 25 mar. 2021. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/metodo-dialetico/>. Acesso em: 27 nov. 2025.

CUNHA, Mateus Almeida. **Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS)**. Salvador, BA: Secretaria de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia – SEDUR, 2016.

FERNANDES, Rosali Braga. Processos recentes de urbanização / segregação em Salvador: O Miolo, região popular e estratégica da cidade. **Biblio 3W – Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales** (Serie documental de Geo Crítica), Barcelona, v. 9, n. 523, 20 jul. 2004. ISSN 1138-9796. Disponível em: <https://www.ub.edu/geocrit/b3w-523.htm>. Acesso em: 29 out. 2025.

FLORES, Cintya Dantas. **Territórios de Identidade na Bahia**: Saúde, Educação, Cultura e Meio Ambiente frente à Dinâmica Territorial. 2014. 22 p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2014.

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA (ENAP). **Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos - PGRS**. 2017. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/4923/1/PGRS_ENAP_R2.pdf. Acesso em: 25 nov. 2025.

G1. Moradores reclamam de lixo acumulado em bairro de Salvador; dentro de casa entra rato e barata. **G1 Bahia**, 03 ago. 2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2022/08/03/moradores-reclamam-de-lixo-acumulado-em-bairro-de-salvador-dentro-de-casa-entra-rato-e-barata.ghtml>. Acesso em: 27 nov. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GLOBO. Lixo acumulado em bairro de Salvador preocupa moradores da região. **Jornal da Manhã**, Salvador, 2025. 1 vídeo (7 min). Disponível em: <https://globoplay.globo.com/v/12591431/>. Acesso em: 8 abr. 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Salvador (BA)**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ba/salvador.html>. Acesso em: 8 abr. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nossa Mundo**: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. [Nova York]: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/sites/default/files/2020-09/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 29 out. 2025.

RODRIGUES, Daniela Carolina. **Proposição de um Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos para o Centro Integrado de Operação e Manutenção da CASAN (CIOM)**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia Sanitária e Ambiental) - Universidade Federal de Santa Catarina, [Florianópolis], 2015.

SALVADOR (Município). Empresa de Limpeza Urbana do Salvador (LIMPURB). **Perfil**. Disponível em: <https://limpurb.salvador.ba.gov.br/perfil/>. Acesso em: 8 abr. 2025.

SALVADOR (Município). Empresa de Limpeza Urbana do Salvador (LIMPURB). **Relatório de Atividades 2024**. Salvador: LIMPURB, 2024. 108 p.

SALVADOR (Município). Secretaria Municipal da Fazenda. **Mapa Cooperativas de Reciclagem**. 2021. Disponível em: <https://www.sefaz.salvador.ba.gov.br/geosalvador/home/item.html?id=4d9b19dabeea479fb066a4f66306ef30>. Acesso em: 27 nov. 2025.

SILVA, Rhafic Concolato da. Produção Do Espaço Urbano: Reflexão Teórica Sobre O Bairro Periférico E Popular. **Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**, Ano 06, Ed. 04, Vol. 15, pp. 89-99, abr. 2021. ISSN: 2448-0959. Disponível em:

<https://www.nucleodoconhecimento.com.br/geografia/periferico-e-popular>. Acesso em: 27 nov. 2025.

SOUSA, Marcos Almeida. *Impactos socioambientais no entorno do Aterro Metropolitano Centro: Salvador / BA*. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2008. 193 f. Disponível em: <http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/19838>. Acesso em: 19 dez. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA (UFBA). **Recicle UFBA**. Salvador, BA: UFBA, 2025.

VASCONCELOS, Pedro de Almeida. Pobreza Urbana e a Formação de Bairros Populares em Salvador na Longa Duração. **GEOUSP - Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 20, p. 19-30, 2006.

APÊNDICE I - ROTEIRO DE ENTREVISTA

Opinião Popular sobre a Coleta Seletiva de Salvador-BA

NOME:

IDADE: 17-20 | 21-35 | 26-30 | 31-35 | 36-40 | 41-15 | 46-50 | 51-60 | 61-70 | +71

BAIRRO DE RESIDÊNCIA:

TIPO DE RESIDÊNCIA: CASA | PRÉDIO | CONDOMÍNIO DE PRÉDIOS OU CASAS

Na sua residência existe coleta seletiva individual? (Um profissional da LIMPURB ou particular recolhe o lixo diretamente da sua casa) SIM | NÃO

A sua residência tem fácil acesso para a coleta seletiva individual? SIM | NÃO

Caso a resposta anterior tenha sido "Não", você precisa se deslocar de casa para deixar o lixo em uma caçamba ou aterro comunitários? SIM | NÃO

O local de destinação do lixo do seu bairro é ideal para manter a salubridade da população que vive ao redor? (Exemplo: o lixo fica bem condicionado, sem ser espalhado no chão e nas vias públicas) SIM | NÃO

No seu bairro de residência existe um ordenamento do lixo, ou seja, as pessoas somente jogam o lixo fora nos dias em que o caminhão da LIMPURB passa? SIM | NÃO

Em caso de morar em um prédio ou em um condomínio, você é responsável por levar o seu próprio lixo até a caçamba ou depósito, ou um funcionário faz esse trabalho?

Em caso de morar em um prédio ou em um condomínio, existe uma política de coleta seletiva, com separação de materiais orgânicos, dos recicláveis, por exemplo? SIM | NÃO

Em caso de morar em uma casa, existe uma política de coleta seletiva, com separação de materiais orgânicos, dos recicláveis, por exemplo? SIM | NÃO

Você conhece as políticas públicas de gestão de resíduos sólidos da LIMPURB? SIM | NÃO

Quais políticas públicas de gestão de resíduos sólidos da LIMPURB você conhece e utiliza na sua residência?

Para você, o que pode melhorar na coleta seletiva de Salvador?